

Formação inicial de professores e educadores: experiências em contexto português



ORGANIZADORES

Gabriela Portugal
Ana Isabel Andrade
Carlota Tomaz
Filomena Martins
Jorge Adelino Costa
Marlene Rocha Migueis
Rui Neves
Rui Marques Vieira

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Formação inicial de professores e educadores: experiências em contexto português

COMISSÃO ORGANIZADORA

Gabriela Portugal
Ana Isabel Andrade
Carlota Tomaz
Filomena Martins
Jorge Adelino Costa
Marlene Rocha Migueis
Rui Neves
Rui Marques Vieira

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alcina Figueiroa – Instituto Piaget
Amélia Marchão – Escola Superior de Educação de Portalegre
Ana Coelho – Escola Superior de Educação de Coimbra
Ana Isabel Andrade – Universidade de Aveiro
António Cachapuz – Universidade de Aveiro
António Moreira – Universidade de Aveiro
António Neto Mendes – Universidade de Aveiro
Bravo Nico – Universidade de Évora
Carlota Tomaz – Universidade de Aveiro
Clara Craveiro – Escola Superior de Educação Paula Frassinetti
Cristina Sá – Universidade de Aveiro
Deolinda Ribeiro – Escola Superior de Educação do Porto
Fátima Paixão – Escola Superior de Educação de Castelo Branco
Filomena Martins – Universidade de Aveiro
Francisco Sousa – Universidade de Açores
Gabriela Portugal – Universidade de Aveiro
Idália Sá-Chaves – Universidade de Aveiro
Isabel Alarcão – Universidade de Aveiro
Isabel P. Martins – Universidade de Aveiro
João Paulo Balula - Escola Superior de Educação de Viseu
Jorge Adelino Costa – Universidade de Aveiro
Leonor Santos – Escola Superior de Educação de Santarém
Luísa Alonso – Universidade do Minho
Luísa A. Pereira – Universidade de Aveiro
Maria do Céu Roldão – Universidade Católica
Maria Luísa Veiga – Escola Superior de Educação de Coimbra
Marlene Rocha Migueis – Universidade de Aveiro
Nilza Costa – Universidade de Aveiro
Paulo Brazão – Universidade de Madeira
Rui Marques Vieira – Universidade de Aveiro
Rui Neves – Universidade de Aveiro
Teresa Vasconcelos – Escola Superior de Educação de Lisboa

DESIGN

Sílvia Gomes, Esperança Martins, Alexandra Ribeiro

EDITORIA

UA Editora

Universidade de Aveiro

Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia

1.ª edição – novembro de 2014

ISBN

978-972-789-428-4

CATALOGAÇÃO RECOMENDADA

Formação inicial de professores e educadores [Recurso eletrónico]: experiências em contexto português / org. Gabriela Portugal... [et al.]. - Aveiro: UA Editora, 2014. - 480 p.

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN 978-972-789-428-4

Formação inicial de professores // Investigação educacional // Conhecimento profissional // Prática pedagógica // Educação básica

CDU 371.13

Índice

Introdução e enquadramento

Introdução8

Ana Isabel Andrade

A formação de profissionais para a educação básica no contexto do ensino superior europeu.....18

Maria Pacheco Figueiredo

Eixo I - Formação nas áreas da docência e didáticas específicas

Trabalho experimental em contexto de prática de ensino supervisionada38

Alcina Figueiroa

Conceções e representações de crianças e de professores em formação acerca dos animais: das similaridades aos desafios colocados60

António Almeida, Conceição Lança, Carolina Gonçalves

A emergência do número fracionário no contexto da divisão de inteiros: um contributo para o conhecimento matemático de futuros professores dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico74

Graciosa Veloso

Compreender a abordagem didática da escrita pelo desenvolvimento da competência da escrita88

Inês Silva

Formação de professores a distância: as contribuições dos tutores virtuais nas discussões sobre o ensino da matemática nos anos iniciais da educação básica102

Luciane de Fatima Bertini, Cármen Lúcia Brancaglioni Passos

PROFESSORES, FORMAÇÃO E CIDADANIA: ENTRE CONCEÇÕES E PRÁTICAS

Ilda Freire-Ribeiro | ilda@ipb.pt
Instituto Politécnico de Bragança
Escola Superior de Educação

Resumo

A formação de professores pressupõe um desenvolvimento permanente ao longo da vida do professor, no qual se vão adquirindo competências de vários níveis e dimensões. Subentende, ainda, um progressivo crescimento pessoal e profissional que se modifica na procura de inovação, crescimento e aperfeiçoamento dos saberes, das atitudes e de competências.

Desde a formação inicial passando pela formação continuada e a formação especializada, todos os pressupostos formativos procuram desenvolver nos professores competências reflexivas, profissionais, comunicativas, interventivas e emancipatórias para que consigam realizar uma prática de sucesso, favorecedora de relações interpessoais cidadãs onde todos se empenhem para promover uma educação de qualidade.

No contexto das sociedades contemporâneas o papel da escola e dos professores, é encarado como motor de mudança e de inovação, e espera-se que os professores sejam capazes de desenvolver estratégias que visem a melhoria da qualidade educativa de forma a promover uma formação/educação que responda ao pluralismo, aos desafios e às exigências sociais.

Assim, a escola deve viver em clima favorável à cidadania, deve ser um local aberto e polivalente, onde se possa construir um espaço educativo capaz de preparar os jovens para o pleno exercício da cidadania.

Conscientes que a cidadania é um tema central no espaço educativo atual, neste trabalho pretende-se entender a problemática que envolve a construção da cidadania na escola e a forma como os professores podem dar o seu contributo. Para tal entrevistámos oito professores do 1.º ciclo do ensino básico e procedemos à análise de conteúdo dos seus discursos. Os resultados encontrados indicam que os docentes reconhecem a importância da educação para a cidadania e assumem essa tarefa na sua ação educativa diária.

Palavras-chave: prática pedagógica, cidadania, formação continuada, educação

Introdução

Este artigo dedica-se à reflexão sobre cidadania, professores e prática pedagógica numa época premiada pela fulgurante mudança social. Assistem-se a mudanças sociais e toda a desestabilização inerente exige uma renovada atenção sobre a cidadania e a sua educação. Os problemas existentes na sociedade atual, de que são exemplo a corrosão dos direitos sociais, a acentuação de desigualdades, o declive na participação, a banalização da delinquência, a desconfiança e o desinteresse, a mistura de culturas, as dificuldades de integração (Gimeno Sacristán, 2002) entre

outros, nem sempre são de solução fácil. Trazem, porém, novas responsabilidades que legitimam um olhar indulgente e cívico sobre a sociedade. O contexto atual, envolto em constantes mudanças, abala profundamente as estruturas sociais, mas também as instâncias educativas. A escola tem uma palavra a dizer. Pensamos que cabe à escola responder prontamente aos desafios colocados pelo contexto social, não obstante as dificuldades que isso acarreta, sobretudo num tempo em que a escola é concorrencial, e até fragilizada, por outros agentes educativos. Pensa-se que a educação e aprendizagem da e na cidadania será o caminho.

Assim, os agentes implicados no processo educativo, não podem ficar à margem e terão que envolver-se na questão da cidadania, tornando-se sensíveis na responsabilidade de promover uma aprendizagem da cidadania pela cidadania em contexto escolar. A escola pode assim assumir-se como um espaço de formação de cidadãos conscientes, críticos, responsáveis e participativos. Para que isto aconteça o desenvolvimento e aquisição de saberes e competências deve ser acompanhada de relações democráticas, dialogantes e participativas. Evoca-se uma praxis emancipatória (Freire, 2005) ativa, socializadora, multifacetada, verdadeiramente incrustada nas dimensões da cidadania.

A tónica coloca-se nas instituições de formação de professores. A conceptualização da formação de professores é um processo permanentemente inacabado e sujeito a modificações. Por isso os responsáveis pela formação inicial e contínua, devem estar atentos, procurando responder aos pedidos que a própria sociedade exige. Um plano de formação quer-se atual, adequado às mudanças verificadas e pertinente de maneira a constituir-se como um precioso contributo e orientação dos docentes em formação. Somos da opinião que se requer como prioritário incluir nos planos de formação de professores “conteúdos de carácter sociológico, ético-filosófico e relativos à psicologia do desenvolvimento moral” (Fonseca, 2000, p. 48) para que cada professor desfrute de todos os recursos conceptuais imprescindíveis para a sua formação como pessoa e como profissional da educação, tendo por base a dimensão da cidadania.

Face à problemática exposta, foi nossa intenção analisar representações de cidadania presentes na prática pedagógica no 1.º ciclo do ensino básico.

1. Formação de professores e educação para a cidadania

Aprender na cidadania “não pode ser a «fabricação» de indivíduos socialmente preparados para assumirem mecanicamente as normas, regras e valores da sua comunidade política” (Barbosa, 2001, p. 89) não pode ser simplesmente “ensinar preceitos ou códigos rígidos, acabando por cair na doutrinação” (Delors *et al.*, 1996, p. 61). Bem pelo contrário, aprender na cidadania deve permitir a “criação de condições favoráveis à construção de uma identidade politicamente comprometida com a gestão de assuntos políticos e privados” (Barbosa, 2001, p. 89) fazendo da escola “um modelo de prática democrática” (Delors *et al.*, 1996, p. 61) onde se devem tratar problemas concretos e reais, dando a conhecer à criança os seus direitos e deveres e fazendo-a compreender o alcance da sua participação e do exercício da sua liberdade. Assim, a educação para a cidadania e a sua aprendizagem não pode, segundo Audigier (2000) estar desligada dos temas que, enquanto cidadãos de uma sociedade e de um mundo complexo, nos preocupam e nos questionam.

Ora, face ao exposto, acreditamos que a educação para a cidadania deverá ser um assunto de responsabilidade partilhada, embora pensemos que a escola deverá ter um papel ativo na construção da cidadania democrática. A escola deve viver em clima favorável à cidadania, deve ser um espaço aberto e polivalente, onde se possa construir um espaço educativo capaz de preparar os jovens para o pleno exercício da cidadania. Sabemos que assumir o compromisso de educar para a cidadania não pode ser apenas uma bandeira, espera-se, face aos tempos que correm, que seja uma realidade a concretizar no plano das conceções, das teorias e na vida concreta das escolas.

Temos noção que o êxito ou o fracasso de uma matéria depende, entre outros fatores, do corpo docente de uma escola. Os professores como principais atores do ato educativo têm de se sentir preparados para levar a bom porto a tarefa que é educar para a cidadania na cidadania. Segundo Figueiredo (2002) os professores podem tomar várias atitudes em relação à lecionação de conteúdos de cidadania, nomeadamente se esta assumir um carácter transversal. De entre as atitudes possíveis destacamos a formação específica que a maioria dos docentes diz não possuir, acrescentando a autora que a formação apareceria “como uma necessidade e até uma exigência” (p. 47) uma vez que os professores se podem sentir inseguros para lecionar uma temática que não faz parte da sua formação inicial. De facto, e como salientam Figueiredo e Silva (1999) “pede-se aos professores que sejam formadores de competências, capacidades e atitudes democráticas, [mas] alimenta-se

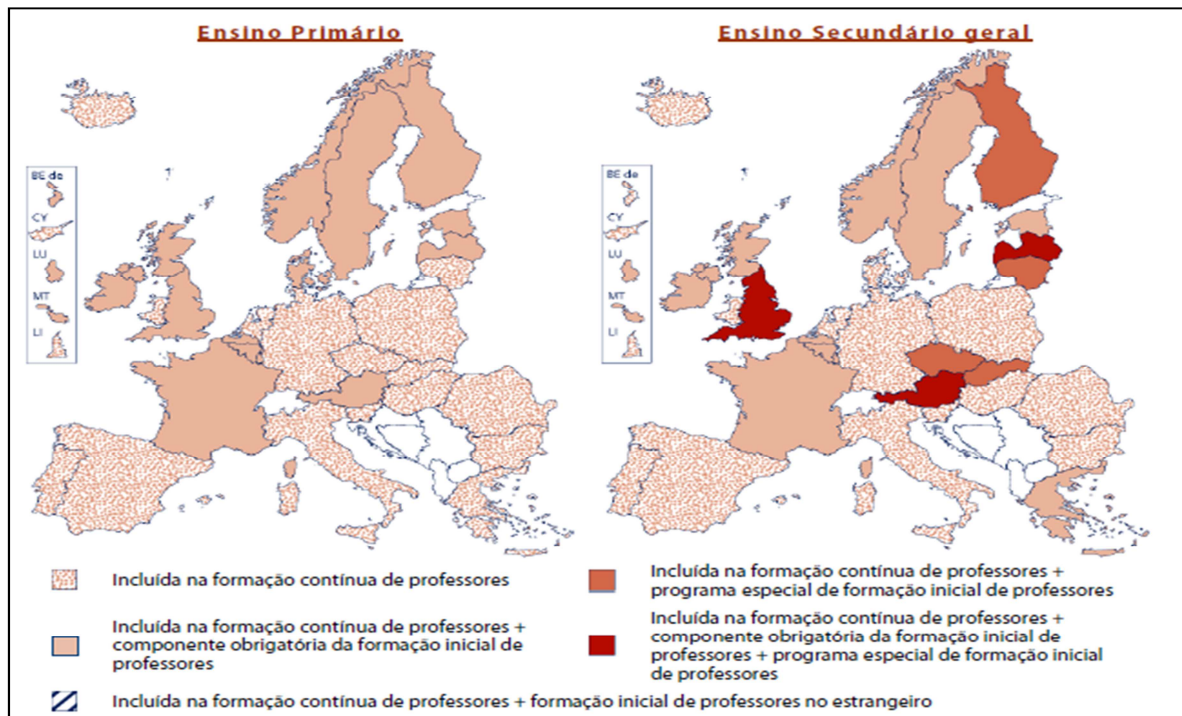
pouco a formação destes formadores” (p. 39). É curioso pensar que os jovens e também os professores não estavam perceptíveis ou se encontravam adormecidos perante a necessidade emergente da educação para a cidadania. Provavelmente não se sentiam motivados para tal ou não sentiam o apelo da sociedade global que se transforma repentinamente e que tende a “excluir” quem não participa ou quem não se interessa pela vida em democracia. Torna-se um imperativo aprofundar os conhecimentos da democracia, da participação e para tal deverá exercer-se uma aprendizagem participativa, significativa e ativa onde todos os que se dizem cidadãos possam refletir, agir, e cooperar responsabilmente. Cabe, portanto, ao professor funcionar como um mediador do acesso ao conhecimento dos jovens, desenvolvendo para tal, saberes, competências e atitudes que fomentem a educação para e pela cidadania (Figueiredo, 1999; Freire-Ribeiro, 2008).

A missão de educar para a cidadania implica uma transformação das relações pedagógicas e o assumir de “novas responsabilidades” (Perrenoud, 2005, p. 41). O professor empenhado na promoção de uma educação mais cidadã não pode simplesmente “dar” aulas e depois ignorar a vida escolar, bem pelo contrário, envolver-se numa educação para e na cidadania vai mais além da transmissão de conteúdos, faz com que os docentes tenham de adquirir e desenvolver novas competências e, como sublinha Perrenoud (2005) assumir uma “nova identidade profissional” e uma nova “relação com o saber e com os alunos” (p. 42).

A formação destes agentes educativos é decisiva para a construção da escola de cidadania que se ambiciona. A formação inicial e as instituições responsáveis pela formação dos docentes têm responsabilidades acrescidas na matéria, e como tal devem procurar estabelecer planos curriculares onde se privilegie o desenvolvimento de competências cidadãs, já que “o futuro encarregar-se-á de mostrar que as capacidades e as competências adquiridas em meio cultural serão vantagens para os cidadãos de amanhã” (CNE, 2001, p. 148). É também relevante fazer com que os futuros professores tomem consciência da sua responsabilidade como construtores da cidadania. Mais do que o cerne da formação de professores, aquele sedutor conceito, exerceria a sua tarefa prioritária de despertar os jovens para o exercício de uma cidadania democrática, para a tolerância, para a consciência cívica, contribuindo para a formação de uma consciência cívica e responsável dos jovens portugueses

Num estudo europeu intitulado “Educação para a cidadania nas escolas da Europa” efetuado em 2005, no âmbito da cidadania, pelo Conselho da Europa, em 30 países europeus, podemos constatar que no que respeita à formação dos professores que

podem lecionar educação para a cidadania deve ser exigida a mesma qualificação que é exigida a qualquer outro docente. De acordo com os resultados do estudo, a educação para a cidadania pode ter três distintas abordagens: “(1) ser incluída na formação inicial de professores, (2) revestir a forma de um programa especial destinado apenas àqueles que pretendem ensinar educação para a cidadania, ou (3) ser incluída somente na formação contínua de professores” (Eurydice, 2005, p. 48). Realça o estudo que no nível primário a cidadania é trabalhada essencialmente pelo professor de formação geral, mas no nível secundário está reservada àqueles docentes que possuem uma especialização, mas que pode não ser nesta área específica. A formação inicial de professores, na maioria dos países estudados, não oferece um programa específico de educação para a cidadania e, como tal, nestes países a educação para a cidadania é lecionada por docentes especializados em Ciências Sociais, História, Filosofia ou Educação Moral. Em países como a República Checa, Letónia, Lituânia, Áustria, Eslováquia, Finlândia e Inglaterra, podemos encontrar programas específicos na formação inicial de professores de educação para a cidadania (*vide* figura 1) que podem adquirir uma formação especializada na área.



Fonte: Eurydice, 2005, p. 48

Figura 4: Formação em educação para a cidadania destinada a docentes do ensino primário e secundário geral, 2004/05

Na altura em que o estudo referido anteriormente estava ser desenvolvido, na Finlândia estava em curso um projeto que pretendia desenvolver e melhorar o estatuto de cidadania ativa na formação inicial de professores do ensino primário. Na Roménia apesar da formação inicial não contemplar a educação para a cidadania, quando admitidos nas escolas, os professores têm de fazer um exame de admissão que envolve atividades relacionadas com a cidadania baseadas num curriculum especializado que inclui a avaliação de competências. Em 14 países dos 30 estudados, as qualificações mínimas exigidas para ser professor, incluem aspetos de cidadania. No que diz respeito à formação continuada todos os países da investigação, incluindo Portugal, oferecem formação em educação para a cidadania no âmbito da formação contínua, sendo mesmo obrigatória no Listenstaine, para os novos docentes.

Em Portugal, em 2007, foi criado um espaço de debate intitulado Fórum Educação para a Cidadania (FEpC) cujo principal propósito foi recentemente editado em livro e que propõe um conjunto de objetivos estratégicos e recomendações para um plano de ação de educação e de formação para a cidadania. Foram várias as personalidades nacionais convidadas no Fórum e também foram diversas as atividades oferecidas. No que respeita à formação de professores, o documento pronuncia um elenco de dez objetivos gerais e estratégicos que garantem

“a formação inicial e contínua de docentes e outros/as grupos de profissionais e agentes educativos direccionada para a aquisição de competências para trabalhar a Educação para a Cidadania Global na escola, assegurando a criação, a adaptação, o desenvolvimento e a difusão de recursos e materiais didáticos para o efeito” (FEpC, 2007, p. 32).

Para o grupo de trabalho, quer a formação inicial, quer a formação contínua, direccionada para a aquisição de competências para trabalhar a cidadania, tornam-se essenciais na medida em que garantem a transversalidade da mesma nos contextos educativos. Saliem o facto de acharem necessário que para a abordagem de alguns conteúdos temáticos da área de Formação Cívica seja essencial que os docentes possuam uma formação específica que lhe confira competência para o efeito. Referem-se também à renovação e atualização dos conteúdos de formação inicial e contínua dos professores no sentido de irem ao encontro da aquisição e desenvolvimento de competências que tornem os docentes mais “sensíveis à justiça, à igualdade, à interculturalidade e ao ambiente” (FEpC, 2007, p. 33).

Segundo as recomendações, de 2002, do Comité de Ministros aos Estados-Membros do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática a realização

dos objetivos específicos da educação para a cidadania pressupõe que os agentes responsáveis pela educação das crianças e jovens tenham uma preparação adequada. Na perspectiva de credenciar estes profissionais com competências desejáveis para abordar a educação para a cidadania, propõem: (i) o estabelecimento de programas específicos relativos à educação para a cidadania democrática no âmbito da criação ou da reforma dos sistemas de formação inicial e contínua dos docentes; (ii) a incorporação de uma sensibilização para os princípios, objetivos e métodos da educação para a cidadania democrática nos programas de formação inicial e contínua dos docentes de todas as disciplinas e domínios; (iii) a disponibilização dos suportes pedagógicos necessários, especialmente nas instituições formais de formação de docentes; (iv) o incentivo ao desenvolvimento de centros de consultoria e recursos metodológicos e pedagógicos abertos ao conjunto dos agentes envolvidos na educação para a cidadania democrática; (v) o reconhecimento do papel e do estatuto dos agentes que operam em contextos não formais e informais (Conselho da Europa, 2002).

Em todos os aspetos, o papel do professor continua a ser fundamental na educação e formação do cidadão que se pretende, ou seja; “se quisermos educar cidadãos passivos de um estado autoritário, poderemos usar a endoutrinação moral” mas se a aposta for noutra sentido como “a criação de cidadãos livres, críticos e respeitadores dos direitos humanos, devemos proporcionar-lhes ambientes escolares onde possam pensar, argumentar, tomar decisões, escolher” (Marques, 1998, p.13) assegurando o professor um ambiente dinâmico, aberto e estável.

2. A cidadania em contexto educativo: abordagens, objetivos, metodologias, conteúdos e avaliação

A fazer-se bem, deveria educar-se para a cidadania, pelos pressupostos da cidadania, tendo o professor especial cuidado nas metodologias que seleciona, nas atitudes que adota, na pedagogia que elege, na maneira como fomenta o diálogo, a participação e a reflexão nas suas aulas, no modo como gere conflitos e nos direitos pelos quais se pauta.

Concordante com esta ideia está Hansen (2000) pois, para ele, o professor no seio da instituição educativa pode implementar verdadeiras e exemplares práticas de cidadania exercendo a cidadania. Assim caberá ao professor celebrar um sentido de comunidade na aula:

“através do qual os alunos podem aprender o que significa estudar temas e objectos de forma concreta com os demais; o que significa estar, escutar e aprender com os outros; como apresentar as suas ideias e pontos de vista de forma a enriquecer a comunicação; como relacionar a sua aprendizagem com os acontecimentos e experiências que se encontram fora da escola.” (p. 144).

Ou seja, que todos em conjunto consigam apreciar e valorizar a sociedade com todos os seus indivíduos, que são diferentes entre si. Solicita-se ainda ao professor que tenha disponibilidade para ouvir, que privilegie metodologias ativas e participativas, que crie na criança o gosto por aprender a aprender, que eduque para a sociedade de hoje, que procure formas negociadas de resolução de conflitos, privilegiando uma educação democrática.

Sabendo que não existe um modo privilegiado e exclusivo de aprendizagem da cidadania (Praia, 2001; Bolívar, 2007) e que a cidadania não se concretiza através de discursos, nem tão pouco de retóricas (Figueiredo, 2002), iniciaremos em seguida um breve percurso sobre as abordagens, objetivos, metodologias e avaliação que podem servir o pressuposto da educação na e pela cidadania em contexto escolar.

Em termos de abordagens, a educação para a cidadania pode ser oferecida como uma disciplina autónoma obrigatória ou opcional, ou integrada em uma ou mais disciplinas. Uma outra possibilidade consiste em propô-la como uma temática educativa transversal ao currículo, de forma que os princípios da educação para a cidadania possam estar presentes no conjunto de todas as disciplinas do currículo. Estas diversas abordagens não se excluem mutuamente, podendo até reforçar-se. Ora, dependendo da abordagem adotada para educar na cidadania na escola, os objetivos poderão ser estritamente relacionados com a disciplina no caso de ser uma disciplina autónoma ou ‘horizontais’ quando se trata de uma temática transversal ao currículo ou integrada em diversas disciplinas (Eurydice, 2005). Deve privilegiar-se uma metodologia mais ativa, socializadora e com significado, valorizando-se por isso, “questões centrais da vida humana, os dilemas da sociedade contemporânea, as experiências significativas do presente e os desafios pessoais e sociais que se colocam aos alunos” (Fonseca, 2000, p. 45). Não nos podemos esquecer de referir que a organização e gestão da sala de aula se tornam também imprescindíveis para desenvolver competências de cidadania. Assim, discorreremos que o professor deve organizar o seu espaço de modo flexível, permitindo uma movimentação favorável à participação, comunicação e envolvimento dos alunos nas atividades de aprendizagem. Os conteúdos a abordar podem ser de ordem variada. Desde assuntos gerais e coletivos até aspetos individuais, muitos podem ser os temas. O que importa

referir é que, independentemente das temáticas, elas devem permitir ser abordadas tendo em consideração diferentes níveis de escolaridade e faixas etárias. A profundidade com que se abordam os temas depende grandemente do professor e da sua forma de adaptar e desenvolvê-los com os seus alunos, em sala de aula e fora dela, sempre que necessário. O segredo poderá estar na maneira como os temas são apresentados, sendo a linguagem e as boas práticas fundamentais ao sucesso da aprendizagem. Deseja-se também que os conteúdos escolhidos sirvam para “fortalecer uma consciência das responsabilidades dos cidadãos” (Henriques *et al.*; 2006, p. 9). Num assunto como o da educação para a cidadania, a avaliação é mais complexa, no entanto é essencial para podermos compreender se a aquisição de competências de vida e o desenvolvimento de atitudes no âmbito da cidadania nos alunos está a acontecer e como é que se está a processar. A avaliação vista desta forma tem um carácter de subjetividade muito grande. Esta perspetiva implica que a avaliação do desenvolvimento de competências tenha que se basear na observação que se faz do aluno e da sua evolução (ou não) em diferentes momentos e em diversos contextos, assim como em situações que, pela sua própria natureza, apelem ao recurso integrado a conhecimentos, capacidades e atitudes (Abrantes, 2002).

De uma maneira geral e em jeito de guisa podemos referir que as abordagens, os objetivos, os métodos pedagógicos, os conteúdos e a avaliação escolhidas, devem ser consonantes com uma aprendizagem significativa da cidadania e devem “ensinar a viver em conjunto numa sociedade democrática, combater o nacionalismo agressivo, o racismo e a intolerância, eliminar a violência, assim como as ideias e os comportamentos extremistas” (Conselho da Europa, 2002, p. 8).

3. Metodologia

Centrámos a nossa investigação numa abordagem qualitativa. Selecionou-se um contexto educativo do 1.º ciclo do ensino básico e convidou-se o corpo docente a participar. Dos sujeitos que participaram do estudo, seis são do sexo feminino e dois do sexo masculino. Todos têm como habilitação literária a licenciatura e uma vasta experiência profissional. Quanto ao tempo de serviço, este varia entre os 32 anos da professora mais velha, e os 8 anos da professora mais nova, o que revela a presença de várias gerações e, por consequência, formações diferentes que coabitam no ambiente escolar. O estudo decorreu no ano letivo 2007/2008 e pretendeu abranger representações e práticas de cidadania na prática pedagógica, reflexões e sentires dos sujeitos implicados. Os objetivos visavam auscultar a opinião dos professores no

sentido de entender a problemática que envolve a construção da cidadania em contexto escolar e procurar perceber a forma como os professores podem dar o seu contributo para promover a cidadania em contexto escolar.

Optou-se por recorrer à entrevista semi-diretiva, com um guião, de natureza maleável e flexível, uma vez que com ela, espontaneamente se acede aos significados que as pessoas atribuem às coisas e às situações (Ludke & André, 1986) o que permite estudar o objeto na sua profundidade. No decorrer das entrevistas achou-se pertinente que os entrevistados pudessem livremente “expressar a sua própria realidade, na sua própria linguagem, com as suas características conceptuais e os seus próprios quadros de referência” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 73).

Em seguida procedeu-se à análise do corpus de análise. Organizou-se, codificou-se e categorizou-se toda a informação recolhida. O processo de categorização regeu-se pelas regras de exclusividade mútua, pertinência, objetividade. Nas grelhas de análise, a fidelidade de categorização foi feita através de especialistas. Neste estudo em particular foram analisadas apenas duas categorias de um vasto conjunto: (1) práticas de educação para a cidadania, com 3 subcategorias: (i) importância da educação para a cidadania, (ii) gestão pedagógica da educação para a cidadania no curriculum (iii) limitações na abordagem da educação para a cidadania e (2) percurso formativo do professor com 2 subcategorias: (i) formação inicial e (ii) formas de adquirir formação em educação para a cidadania

4. Do pensar ao agir...apresentação e análise de dados

1. Práticas de educação para a cidadania

Numa análise geral às falas dos entrevistados, salientamos o facto da educação para a cidadania não se apresentar como uma prerrogativa exclusiva da escola. Para alguns professores ela deve ser também objeto de atenção por parte de outras instituições da sociedade civil, como a família e a sociedade onde esta educação se vive, aprende e adquire. É deste modo reconhecida a influência e a importância dos vários contextos (familiar, social) no desenvolvimento das competências de cidadania.

A ideia que subjaz é a de coexistir uma forma de educação partilhada por todas estas instâncias, apesar da escola propiciar uma aprendizagem da cidadania mais intensa e efetiva uma vez que é “(...) na escola [que] se desenvolvem práticas sociais e humanas, imprescindíveis para a vida em sociedade e ao incentivá-las estamos a educar para a cidadania” (E8).

- A importância da educação para a cidadania

Embora se subentenda em todas as entrevistas esta questão, três dos entrevistados falaram da importância da cidadania e estabeleceram um paralelismo entre esta educação e a participação posterior na sociedade. Para estes professores é através da educação para a cidadania que “os alunos devem ficar preparados para participar na vida cívica de forma cívica e responsável, respeitar a diversidade cultural, religiosa e outras, cooperar com os alunos, desenvolver hábitos de vida saudável” (E3). Infere-se da afirmação que a educação da cidadania na escola se reveste de grande importância no que toca à preparação do aluno para uma prestação e participação na comunidade. A escola apresenta-se como peça angular no enriquecimento holístico da criança, contribuindo fortemente para desenvolvimento de numa consciência cívica, da sua personalidade e da sua socialização com os outros. De facto, e na opinião dos entrevistados “O cidadão deverá ter participação ativa na vida em sociedade, [e] na escola essa participação tem de estar evidente, sem qualquer tipo de discriminação.” (E2).

Um professor atento e responsável conhece bem os seus alunos, compreende as suas vivências e sabe que tem em mãos a tarefa de os formar e educar socialmente e é pela cidadania que isso se processa. Embora, os professores reconheçam que:

“há uma grande diversidade e complexidade das sociedades e perante isto a experiência de vida não é suficiente para formar o cidadão. É necessária uma educação para a cidadania integral, inclusiva e ao longo da vida. Embora os alicerces possam ser fundados na escola do 1.º ciclo, eles têm de ser mantidos e reconstruídos ao longo de toda a vida.” (E5)

Ora, as crianças são os cidadãos do presente e a esperança de um futuro justo e democrático e, por isso, há que os preparar para essa missão e ir “dizendo aos alunos que eles seriam os cidadãos do futuro e que por isso teriam que estar preparados para essa função” (E2). A perspetiva deste inquirido dá a entender que esta preparação exigiria práticas cidadãs e um exercício salutar de cidadania e é no interior da escola que as crianças iniciam este exercício, uma vez que “A cidadania revê-se e aprende-se entre os muros da escola. E claro está, ultrapassa estes muros e estende-se na comunidade, local e global” (E8).

- Gestão pedagógica da educação para a cidadania no curriculum

Quando questionados sobre as formas de colocar em prática a educação para a cidadania, os entrevistados manifestam uma preferência pela via transversal. À formação transdisciplinar corresponde uma abordagem formal (Bîrzea, 1998) da

cidadania feita em ambiente de sala de aula. A educação para a cidadania assume aqui o seu carácter transversal aos currícula, bem evidente nas falas dos entrevistados que salientam o facto de não necessitarem de um tempo específico para abordar as questões de cidadania na sala de aula, uma vez que dizem fazê-lo “sempre que necessário. Qualquer conteúdo me serve para abordar a cidadania. Qualquer área, matemática, estudo do meio, língua portuguesa. Não é preciso esperar pelo tempo da Educação Cívica para o fazer.” (E6)

Depreende-se da análise que os nossos entrevistados dizem fazer uma articulação entre todas as áreas do curriculum, sublinhando o carácter abrangente da docência no 1.º ciclo, uma vez que afirmam que “Aliás, é esse o papel do professor generalista. Abordar vários temas nos diversos conteúdos e nas diferentes áreas. (E1) e deste modo contribuir para o crescimento global do aluno.

Há ainda referência a uma abordagem disciplinar, referindo os entrevistados que aprendizagem da cidadania em contexto educativo faz-se também através dos conteúdos de outras disciplinas, uma vez que “A cidadania pode ser abordada transversalmente, mas mais concretamente em conteúdos relacionados com o Estudo do Meio, História e Formação Cívica.” (E5). A abordagem não formal é indicada por um dos entrevistados que deixa transparecer essa ideia ao referir que aborda a educação da cidadania “através da participação ativa nos projetos da escola, como por exemplo: preservar o património, alertar para a poluição, etc.” (E3). Para este professor, esta abordagem não formal, parece ser entendida como uma medida de integração dos seus alunos na vida educativa. Parece uma preparação para o desempenho de um papel mais ativo e responsável nos assuntos que dizem respeito ao funcionamento da escola. Deixa transparecer a ideia de vivência da cidadania em ambiente educativo. Acrescenta ainda que “Mais do que falar em conteúdos específicos, devemos desenvolver todo um conjunto de valores que são apropriados para que os alunos interajam em todos os contextos: nas aulas, nas atividades da escola, nas reuniões, nas visitas de estudo” (E3)

- Limitações na abordagem da educação para a cidadania

Quando se analisam as respostas dadas à questão “Sente limitações ao educar para a cidadania?”, as opiniões dividem-se. Três dos entrevistados afirmam não ter quaisquer limitações sobressaindo a ideia que a formação pessoal é como se fosse um handicap essencial para a educação para a cidadania. Depreende-se que as relações que se estabelecem na escola entre alunos e professores estão dependentes das competências pessoais do docente (Zimpher & Howey, 1987; Bélair, 1998; Comellas, 2002). Logo, a maneira de ser do docente é transportada para a forma de agir, podendo o professor estabelecer relações positivas com os seus alunos. Ao fazer isto, e na ótica dos inquiridos, parece que facilmente se educa para a cidadania.

As principais limitações indicadas pelos docentes são:

a) o núcleo familiar e social, deixando antever as falas uma falha na repercussão daquilo que se aprende na escola. Ou seja, educa-se na escola, mas depois as crianças não têm como reproduzir essa aprendizagem, porque, noutros ambientes sociais, não se cultivam os mesmos valores e não se valorizam as mesmas atitudes, pois “às vezes os alunos convivem com pessoas e em ambientes onde reina a falta de civismo e a falta de sentido de cidadania. E depois na sala de aula e na escola fazem o mesmo. Era bom que aquilo que se aprende na escola se refletisse mais em casa” (E4).

b) o horário escolar e extensão dos programas, sendo por vezes difícil conciliar os programas obrigatórios das áreas curriculares disciplinares com a área transversal da educação para a cidadania. Nas palavras dos entrevistados, com escassez de tempo e extensão programática, as áreas beneficiadas são aquelas que ocupam uma mancha maior no horário escolar, uma vez que “O tempo também é escasso, os programas curriculares das disciplinas são muito extensos e têm de ser cumpridos, por causa das provas de aferição” (E6).

c) o material didático, ou melhor a falta de material adequado e que sirva de suporte ao docente, referindo-se que “Gostava que o ministério apostasse mais nesta área e fornecesse às escolas materiais didáticos adequados para podermos trabalhar melhor.” (E6)

2. Percurso formativo do professor

(i) Formação inicial

Quando questionados os docentes sobre se na sua opinião a instituição de formação inicial poderá ser responsável pelas competências desenvolvidas pelo professor, as respostas são unânimes ao considerarem que a formação inicial deve ser responsável na preparação para o desenvolvimento de competências uma vez que “as aprendizagens na formação inicial marcam o professor para a sua vida profissional. Estas aprendizagens são também conceitos que nos tornam cidadãos verdadeiros ou seja melhores cidadãos.” (E2).

Há aqui uma espécie de ajuste ao que está determinado e a esperança de uma formação global e integral por parte da instituição formadora. A instituição formadora, para estes docentes, deverá proporcionar oportunidades para crescerem como profissionais, facilitando-lhes o acesso aos conhecimentos e ao desenvolvimento de competências. No entanto, outros inquiridos advertem para o facto da formação inicial só por si não ser suficiente, o que indica a procura de outras formações para efetivar o desenvolvimento de mais e renovadas competências, como podemos ler no seguinte testemunho:

“Não é por não ter desenvolvido algumas competências durante a formação inicial que o professor não as possa adquirir mais tarde, no decorrer da sua prática pedagógica. É só analisar as suas necessidades e investir na sua formação. O professor não pode ficar agarrado às competências que adquiriu durante o curso, porque elas até já podem estar em desuso, ou podem até não ser as melhores para o ensino atual. A reciclagem de conhecimentos deve ser uma das maiores preocupações do professor comprometido com um ensino de qualidade.” (E8)

Parece que este entrevistado está a referir-se à ideia de formação inicial como um processo incompleto e inacabado, preconizando o sentido de uma aprendizagem continuada ao longo da vida, de uma formação holística, o que poderá contribuir para um melhor desenvolvimento profissional e para uma educação com qualidade.

À pergunta se na sua formação inicial havia alguma disciplina específica de educação para a cidadania, todos os entrevistados responderam que não. No entanto, quando se pergunta se se sentem preparados para o fazer, as opiniões dividem-se. Embora o façam na sua prática pedagógica quotidiana, dado ao carácter generalista do professor do 1.º CEB, três docentes afirmam categoricamente que não tiveram uma formação adequada para abordar questões de cidadania. De facto, as lacunas apontadas à formação inicial convergem num só sentido, o sentido de uma formação

[também] vocacionada para a “formação pessoal, social e humana” (E8) justificando-se a sua necessidade pela atualidade e pela necessária formação das crianças e jovens que os professores têm para educar e ensinar.

(ii) Formas de adquirir formação em educação para a cidadania

Quando se questionaram os professores sobre a forma como atualmente se preparam para a abordagem da educação para a cidadania, as respostas dividem-se. Uns são da opinião que é necessária uma formação continuada consentânea com os pressupostos da cidadania democrática, outros consideram que a sua formação pessoal é mais que suficiente para abordar este tema transversal em contexto educativo. Ora vejamos, metade dos professores entrevistados admite que sente necessidade de formação no âmbito da educação para a cidadania, e que recorreu à formação contínua específica para se sentir mais capaz e mais preparado:

“Comecei a ouvir falar em cidadania precisamente ao frequentar formação em que fui levada a refletir sobre determinadas situações. Até aí não tinha ouvido falar, logo não tinha sentido necessidade. Até no interior das escolas por onde tinha passado não tive qualquer problema que tivesse que recorrer a educação para a cidadania, atualmente é diferente...” (E1)

A outra metade diz que sentiu necessidade de se enriquecer profissionalmente, mas não expressamente para frequentar ações de formação sobre cidadania, uma vez que para estes profissionais a autoformação, bem como a formação humana e as suas competências pessoais são encarados com uma mais-valia na abordagem da cidadania em contexto educativo. Salientando um entrevistado que “Além de tudo quero registar a minha formação pessoal e social, que considero fundamental para educar para a cidadania. Mais do que uma boa formação inicial, uma boa formação humana é fundamental.” (E3)

Neste processo de desenvolvimento profissional autónomo os docentes para além de aprenderem por si próprios, espera-se que formem uma (nova) imagem pessoal e única, que permita que a sua visão como profissional se altere e as suas práticas melhorem.

Considerações finais

A cidadania, pensamos, só alcançará verdadeiro sentido se for construída no saber, na confiança, na delegação de poderes e na prática comum de diálogo e negociação. Nos trâmites da pedagogia ela promove-se através de uma pedagogia mais participativa, ativa e responsável.

Porque acreditamos que a cidadania se vive no quotidiano, com as experiências diárias, no diálogo com o outro, na construção individual e partilhada no seio da comunidade onde nos inserimos. A educação para a cidadania deverá ser um assunto de responsabilidade partilhada, entre a família, sociedade e escola.

Desta forma, pensamos, a vivência da cidadania torna-se mais fácil quando na própria escola se respira cidadania, quando existe um ambiente de cooperação entre todos, respeito pelas ideias e trabalho do outro e entendimento, apesar das diferenças e discordâncias.

Neste ponto, a pedra de toque reside na educação para a cidadania pela cidadania e para que tal se torne tarefa facilitada, a “escola tem de assumir-se como lugar de cidadania participativa, de respeito pela diferença, de tomada de decisões, onde se exerce a cidadania hoje e não um local onde se prepara para uma cidadania futura” (CNE, 2007, p. 37).

Referências bibliográficas

- Abrantes, P. (2002). Introdução. Finalidades e natureza das novas áreas curriculares. In *Novas Áreas Curriculares* (pp. 9-18). Lisboa: Ministério da Educação. Departamento da Educação Básica.
- Audigier, F. (2000). *Concepts de base et compétences-clé pour l'éducation pour à la citoyenneté démocratique*. DGIV/EDU/CIT (2000) 23. Strasbourg: Conseil de l'Europe.
- Barbosa, M. (2001). Educar para a cidadania em ambiente escolar: Recontextualização e redefinição da missão do professor. In M. Barbosa (Ed.). *Educação do cidadão. Recontextualização e redefinição* (pp. 75-98). Braga: Edições APPACDM.
- Bélair, L (1998). La formation à la complexité du métier d'enseignant. In L. Paquay, M. Altet, E. Charlier, & Ph. Perrenoud (eds.), *Former des enseignants professionnels. Quelles stratégies? Quelles compétences?* (pp. 63-76). Paris: De Boeck.
- Bîrzea, C (1998). *Projet: Éducation à la citoyenneté démocratique – rapport général*. Strasbourg: Conseil de l'Europe.
- Bolívar, A. (2007). *Educación para la ciudadanía*. Barcelona: Editorial Graó.
- Comellas, M. J. (2002). Las competencias del profesorado para la acción tutorial. In *Competencias para la acción tutorial* (pp.19-26). Barcelona: Praxis.
- Conselho da Europa (2002). *Recomendação (2002) 12 do Comité de Ministros aos Estados-Membros do Conselho da Europa sobre Educação para a Cidadania Democrática*. Disponível em <http://www.cidadaniaeducacao.pt/Nova%20pasta/material/RECOMENDA%C3%87%C3%83O%202002.pdf> (acedido em julho de 2009).
- Conselho Nacional de Educação (CNE) (2001). *Educação, competitividade e cidadania*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Conselho Nacional de Educação (CNE) (2007). *Debate nacional sobre educação: relatório final*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Delors, J. et al. (1996). *Educação – Um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. Porto: Edições ASA.

- Eurydice (2005). *A educação para a cidadania nas escolas da Europa*. Bruxelas: União Europeia. Disponível em <http://www.eacea.ec.europa.eu/ressources/eurydice/pdf/0.../055PT.pdf> (acedido em agosto de 2008).
- Figueiredo, C. C. (2002). Horizontes da educação para a cidadania na educação básica. In *Novas Áreas Curriculares* (pp. 41-66). Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica,
- Figueiredo, C. C., & Silva, A. S. (1999). A Educação para a Cidadania no Ensino Básico e Secundário Português (1974-1999) In *Inovação*, 12(1). 27-45.
- Fonseca, A. M. (2000). *Educar para a cidadania – Motivações, princípios e metodologias*. Porto: Porto Editora.
- Fórum Educação para a Cidadania (2007). Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania. Disponível em <http://www.min-edu.pt/np3/2147.html> (acedido em agosto de 2008).
- Freire, P. (1996 / 2005). *Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra (31.ª Edição).
- Freire-Ribeiro, I. (2008). A cidadania como a nova prioridade da educação. *Revista Egítania Scientia*, 3, 33-46.
- Gimeno Sacristán, J. (2002). *Educar e conviver na cultura global*. Porto: Edições ASA.
- Hansen, D. (2000). La moral está en la práctica. *Revista de Estudios del Currículum*, 3(1), 125-150.
- Henriques, M., Reis, J., & Loia, L. (2006). Educação para a cidadania. *Saber & inovar*. Lisboa: Plátano Editora.
- Lüdke, M., & André, M. A. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Marques, R. (1998). *Ensinar valores: teorias e modelos*. Porto: Porto Editora
- Perrenoud, Ph. (2005). *Escola e cidadania. O papel da escola na formação para a democracia*. Porto Alegre: Artemed Editora.
- Praia, M. (2001). *Educação para a cidadania*. Porto: Edições ASA
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda.
- Zimpher, N. L., & Howey, K. R. (1987). Adapting supervisory practice to different orientations of teaching competence. In *Journal of curriculum and supervision*, 2, 101-127.